

Nos meandros do Rio Icaraí, em Niterói: um projeto de engenharia para contenção da foz e saneamento do bairro (1882)

In the meanders of the Icaraí river, in Niterói: an engineering project for the containment of the mouth and sanitation of the neighborhood (1882)

Thiago Santos Mathias da Fonseca¹

Resumo

O presente artigo investiga as soluções de drenagem e saneamento aventadas na década de 1880 para os rios que desaguam na Praia de Icaraí, com ênfase no projeto de canalização e quebra-mar elaborado em 1882 por Antônio Paulino Limpo de Abreu Filho, cuja planta encontra-se descontextualizada no acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Dando preferência a fontes diretas textuais, cartográficas e iconográficas, discutimos o percurso e toponímia dos rios da região, compreendendo a sobreposição das nomenclaturas “Rio Icaraí”, “Rio Cubango”, “Rio Calimbá”, “Rio Santa Rosa” e “Rio Valados”; em seguida, refletimos sobre a interface entre a emergência de uma demanda de saneamento frente à urbanização da região, e sobre as respostas dadas pelo poder público

Abstract

This article investigates the drainage and sanitation solutions proposed in the 1880s for the rivers flowing into Icaraí Beach, with particular emphasis on the canalization and breakwater project designed in 1882 by Antônio Paulino Limpo de Abreu Filho, whose plan is currently found decontextualized in the collection of the Brazilian National Library Foundation. Favoring primary textual, cartographic, and iconographic sources, we examine the course and toponymy of the region's rivers, addressing the overlapping nomenclatures of “Rio Icaraí,” “Rio Cubango,” “Rio Calimbá,” “Rio Santa Rosa,” and “Rio Valados.” Subsequently, we analyze the rinteraction between the area's urbanization process and the emergence of a sanitation demand, as well

¹thiagosmfonseca@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3316-6846>. Data de submissão: 18 nov. 2025.

a essa problemática. Com esse panorama, interpretamos o projeto de Limpo de Abreu, buscando elucidar as circunstâncias de sua elaboração, execução e posterior declínio, e, ao final, ponderamos sobre o desaparecimento dos rios da paisagem de Icaraí e as lacunas sobre a história da sua progressiva antropização.

Palavras-chave: Rio Icaraí; Limpo de Abreu; canal; quebra-mar; toponímia.

as the responses provided by public authorities to this issue. Based on this panorama, we interpret Limpo de Abreu's project, seeking to clarify the circumstances surrounding its conception, implementation, and eventual decline. Finally, we reflect on the disappearance of the rivers from the landscape of Icaraí and the historiographical gaps concerning their progressive anthropization.

Keywords: Icaraí river; Limpo de Abreu; Niterói; river channeling; breakwater.

INTRODUÇÃO: UMA PLANTA DESCONTEXTUALIZADA

A cartografia georreferenciada disponibilizada pela Prefeitura de Niterói indica uma série de riachos na planície de Icaraí. Em geral diminuídos por retificações e canalizações, a maioria deles corre anônima, mas dois são identificados com os nomes Cubango e Icaraí.

Há poucos trabalhos que abordem os cursos d'água a partir de uma perspectiva histórico-crítica. De maneira semelhante, estudos sobre a história da cidade nem sempre exploram as intervenções executadas nos elementos naturais como formas de compreender as pressões das demandas antrópicas eurocentradas e, em última instância, como pistas do *modus operandi* do próprio processo de urbanização. A tendência é uma perspectiva que relega os rios ao rol de elementos determinantes da ocupação do território.

Entretanto, antes de serem retificados e canalizados, os rios existem – ou existiam - em outra condição. Seus percursos cambiantes e sinuosos, volumes que variam com o clima e perfeita integração ao relevo são características que escapam a uma visão de mero recurso natural ou indutor de ocupação. Trata-se de um elemento protagonista ao qual opõem-se determinadas lógicas de ocupação, que tendem a priorizar a contenção (em vez da coexistência) desses corpos d’água.

Nesse sentido, o presente artigo busca abordar a pressão exercida pela urbanização de Icarai sobre os rios do bairro. A chave pesquisa é a planta “Foz do arroio Cobango e barra da lagôa por elle formada no extremo S. E. da praia de Icarahy / executadas sob o plano e direcção do Engro. Antonio P. Limpo de Abreu” (fig. 6), acervo da Fundação Biblioteca Nacional (FBN): trata-se do primeiro projeto de grande magnitude para o controle dos rios dessa área, e sobre o qual não encontramos nem literatura, nem (inicialmente) outros documentos da FBN que lhe contextualizem.

Na próxima seção, descrevemos a metodologia de pesquisa nas fontes diretas; na segunda, atentos aos problemas de toponímia dos rios que cortam Icarai, buscamos reconstituir seus respectivos percursos e nomenclaturas. Já na terceira seção, ponderamos como as inundações de Icarai foram pautadas na imprensa, e como uma série de eventos climáticos deflagrou um projeto de canalização pelo governo da Província. Ocorre que esse projeto foi substituído por outro, que é o da planta da FBN: por isso, na quarta seção, investigamos as condições de elaboração e execução dessa proposta. Na conclusão, levantamos evidências sobre a permanência e desaparecimento do quebra-mar construído, e defendemos a necessidade de melhor conhecer os rios que guiaram a ocupação dessa parte de Niterói.

NOTAS METODOLÓGICAS – A CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DO ARTIGO

No presente trabalho, utilizamos tanto fontes diretas quanto fontes indiretas. Para as primeiras, o ponto de partida foi a mencionada planta na FBN. Dela, consta que o projeto fora autorizado por “Bernardo A. Gavião Peixoto”, e idealizado por Limpo de Abreu. Como o documento data de 1882, período em que a presidência da Província do Rio de Janeiro era

ocupada por Gavião Peixoto, inferimos que as obras – caso tivessem sido de fato executadas – haviam sido conduzidas pelo governo provincial.

Por isso, recorremos ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Inicialmente, efetuamos uma busca na base online² explorando as descrições arquivísticas de todos os dossiês da série “Diretoria de Obras Públicas”, pertencentes ao fundo “Presidência da Província do Rio de Janeiro”, o que resultou em consulta presencial às notações BR RJAPERJ PP.OP.0430 e BR RJAPERJ PP.OP.0453³.

Como esse material ainda não era suficiente para elucidar as circunstâncias de elaboração do projeto, efetuamos uma busca na Hemeroteca Digital da FBN no periódico “O Fluminense”, no período correspondente a 1881-1899. O termo utilizado inicialmente foi “Cobango” e, depois, “Cubango”, com retornos esparsos, razão pela qual trocamos a busca por “Icarahy” – ainda muito abrangente – e, depois, por “rio Icarahy” e “rio de Icarahy”, com bons resultados. Contudo, o que na planta era chamado de “Arroio Cobango” possuía na imprensa a nomenclatura “Rio Icarahy” ou, ainda, “Corrego Icarahy” “Rio do Calimbá”. Essa incongruência nos levou a estudar a toponímia desse curso d’água através de cartografias e levantamentos no portal da FBN. Adicionalmente, pesquisa presencial no Arquivo Nacional (AN) e busca online no portal do Sistema de Gestão da Geoinformação (SisGEO) da Prefeitura de Niterói trouxeram um panorama dos séculos XX e XXI.

Com o intuito de cobrir a bibliografia sobre o assunto, dirigimo-nos ao Centro de Memória Fluminense (CEMEF) instalado na Biblioteca Central da Universidade Federal Fluminense (UFF). Lá, tivemos acesso a obras seminais sobre a história de Niterói, que serão citadas ao longo do trabalho. Se por um lado nenhuma delas menciona expressamente um projeto para o “Arroio Cobango”, por outro oferecem subsídios para a problemática de topônimo, bem como informações gerais acerca do desenvolvimento urbano da cidade.

Também no CEMEF tivemos acesso aos relatórios da Presidência da Província e a obras de iconografia niteroiense, que complementaram os manuscritos localizados no APERJ e as matérias d’O Fluminense. Em paralelo, realizamos uma busca no acervo histórico da Biblioteca

² Disponível em: <http://basededados.arquivopublico.rj.gov.br/index.php/>; acesso em 04/05/2025.

³ À época, solicitamos acesso também aos dossiês de n. 153, 468 e 476 os quais, por estarem em tratamento técnico, não podiam ser manuseados.

Municipal de Niterói (atual Biblioteca Parque), mas infelizmente só identificamos material referente aos anos de 1881 e 1883, pouco elucidativo para esta pesquisa.

EM BUSCA DA ÁGUA: RIO CALIMBÁ, CUBANGO OU ICARAÍ?

Como mencionado, do projeto existente na FBN consta a denominação “Arroio Cobango”, termo que, presumivelmente, é uma outra grafia para “Cubango”. Entretanto, como na imprensa localizamos o termo “Rio Icarahy”, compreendemos ser relevante investigar as divergências sobre esse nome. Para tanto, apresentamos a seguir os dados sobre hidrografia encontrados no corpus do trabalho⁴.

Iniciamos as pesquisas pelo “Projecto de Edificação da nova Villa Real de Praia Grande”, de 1819/1820, encomendado à Câmara Municipal pelo então Príncipe-Regente D. João VI (Ojeda, 2008). Nele, não há indicações gráficas sobre o rio objeto deste estudo, uma vez que o plano de arruamento inicial não se estendia até a região de Icaraí. Contudo, na carta que acompanha o documento, há uma menção ao Morro do Calimbá:

(...) Pede a comodidade pública que entre a Rua número onze e a Rua número dezesseis, com base sobre o número dez, se coloque o chafariz que deve apresentar ao povo a água do Morro do Calimbá, que se está conduzindo, e é por isso inevitável abrir neste lugar um recinto cômodo e vistos.⁵

Em obra de Antonio Figueira de Almeida, há uma transcrição quase idêntica, porém, com a grafia “Morro do Carymba” seguida de uma explicação entre parêntesis: “Calimbá – atual rua Marquês de Paraná”⁶.

Essa nomenclatura, inicialmente fora das investigações de toponímia, tornou-se relevante por termos identificado, em mapa datado de 1833 (fig. 1), um rio denominado “O Calimbá” nas proximidades do atual Largo do Marrão. Nessa cartografia, o nome desse rio muda, em local

⁴ Nesta seção, para fins de objetividade, excluimos o material constituído pelas matérias de periódicos, que será abordado de maneira mais detida na próxima seção do trabalho.

⁵ Atas da Câmara, 5 de fevereiro de 1820, apud Ojeda, 2008, p. 49.

⁶ ALMEIDA, Antonio Figueira de. *Historia de Niteroy*. Niterói: Oficinas Graphics do “Diario Official”, 1935, p. 49.

indeterminado da planície de Icaraí, para “Rio de Carahy”, que desaguava, segundo a imagem, no local onde hoje a Av. Ary Parreiras se encontra com o mar.

Figura 1

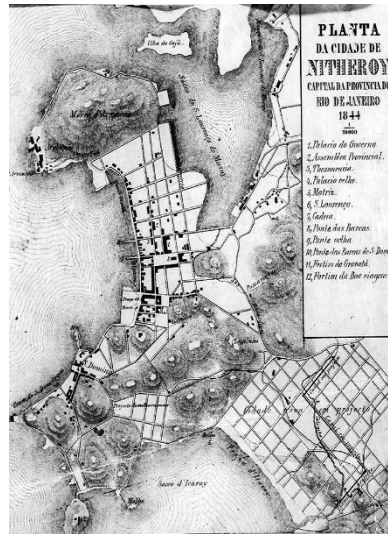


Vicente da Costa Almeida; Pedro Bellegrade; Júlio Fred. Koeler; Joaquim Raimundo de Lamare. *Planta Topographica da Provincia do Rio de Janeiro*, 1833, com alterações do autor. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, cart173947 (domínio público).

Cotejamos esse mapa com outro de 1844 (fig. 2), que representa tanto os núcleos correspondentes a São Lourenço, Centro e São Domingos, quanto o núcleo de Icaraí, que recebera plano de arruamento pela Câmara Municipal em 1841⁷. Nesse registro, o curso d’água é denominado, em sua inteira extensão, como “R. do Colomba”, e seu percurso coincide, de maneira geral, com o mapa de 1833; nota-se, ainda, que havia uma proposta de retificação.

⁷ A ideia de extensão do Projeto de 1820 para a região do Ingá e Icaraí remonta a 1836, quando foi solicitada autorização à Assembleia Provincial (Campos, 2004). Isso explica o porquê de, no mapa, as ruas e quarteirões de Icaraí aparecem como “em projecto”.

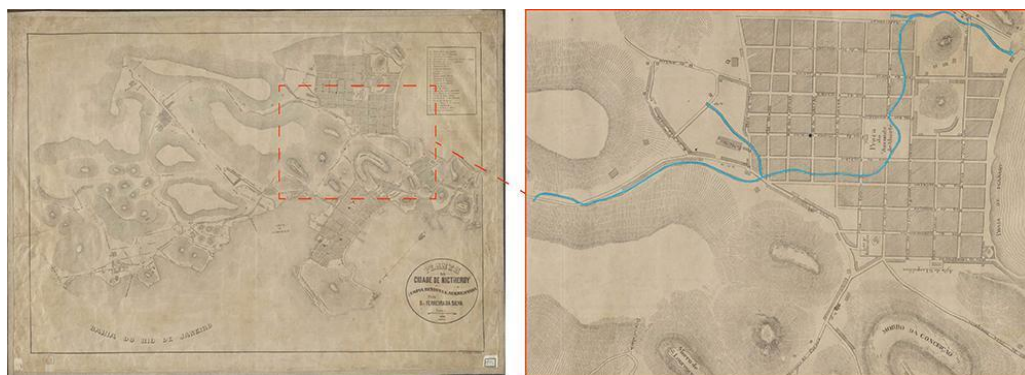
Figura 2



Sem atribuição. Planta da Cidade de Nitheroy, capital da Provincia do Rio de Janeiro, 1844. Campos, 2004, p. 182 (domínio público).

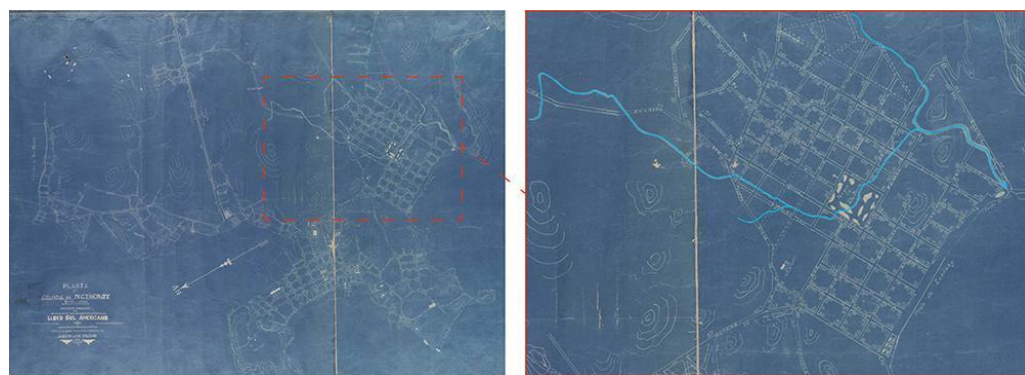
Em mapa de 1892 (fig. 3) o rio não possui nome, mas o seu percurso é diferente: há uma nascente na região do atual bairro do Cubango, e um leito que corre paralelo à Rua Desembargador Castro Lima; na interseção com a Rua Santa Rosa, encontra outro rio, e segue até fazer uma curva nas cercanias do Morro do Cavalão, quando encontra mais um rio, e segue para o mar. Por outro lado, a via que fazia a ligação entre a Rua Marquês de Paraná e a mencionada Rua Desembargador Castro Lima recebe, no documento, a denominação de “Rua do Calimbá”. Essa configuração é repetida em mapa de 1922 (fig. 4), porém, neste, a indicação “Rua do Calimbá” é substituída por “Rua de Paulo César”, denominação que o logradouro mantém até hoje.

Figura 3



Dr. Ferreira da Silva (revisor). Planta da Cidade de Nictheroy, 1892, com alterações do autor. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, cart527478 (domínio público).

Figura 4



Alberto Leite Imbuzeiro. Planta da Cidade de Nictheroy, 1922, com alterações do autor. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, cart485831 (domínio público).

A questão do nome dos rios que cortam Icaraí, bem como o caminho que levava para a região do atual Cubango, não é um tema principal da historiografia niteroiense. José Mattoso Maia Forte⁸ faz referência a um morro do “Carymbá”, colocando entre parêntesis o termo “Calimbá”; já Everardo Backheuser⁹ em memória histórica, faz menção à “Rua Calimbá” como precursora da atual Rua Dr. Paulo César.

⁸ FORTE, José Mattoso Maia. *Notas para a Historia de Niteroy* [Em linha]. Niterói: Oficinas Graphicas do “Diario Official”, 1935.

⁹ BACKHEUSER, Everardo. *Minha Terra e Minha Vida: Niterói há um século*. 2ª ed. revista e ampliada com notas e índice. Niterói: Niterói Livros, 1994.

Merece atenção o livro de José Antonio Soares de Souza¹⁰, no qual se nota um esforço de caracterização do acesso para a região de Icaraí antes da implementação do Plano de Arruamento de 1841:

O caminho do Calimbá vinha do mangue de São Lourenço, no fim da rua de São João, onde se construía um chafariz, e ia, numa reta, até a ex-igreja de São João Batista de Icaraí. Aí contornava a vertente sul do morro de São Lourenço; **dirigia-se para o Calimbá; atravessava o rio Icaraí**, e, pouco depois, desdobrava-se, rumando à direita em direção ao engenho de Santa Rosa e, à esquerda, pelas abas do morro da Boa Vista. Entre estes dois caminhos ficava a fazenda da Boa Vista. Em 1840, o trecho do caminho do Calimbá entre São Lourenço e o lago de Icaraí, junto à igreja, passou a ser rua Diamantina. O trecho seguinte, até o Calimbá, pouco adiante do rio Icaraí, chamou-se rua do Calimbá. (...).¹¹

O trecho acima sintetiza as mudanças de nome do Caminho do Calimbá. Em relação aos rios, apesar de não ficar evidente se o Calimbá é uma região ou se é o nome do trecho inicial do Rio Icaraí, uma nota de rodapé elucida que “Na carta Topográfica de 1833 o rio Calimbá desce do atual morro da Boa Vista, atravessa a rua do Calimbá (Paulo Cesar), perto do largo do Marrão, e segue com o nome Carai (Icaraí), até a foz na Ponta do Cavalão”¹².

Carlos Wehrs¹³ também faz descrição da região, porém, focado na hidrografia. Seu texto corrobora o que foi dito por Souza:

Da Fazenda da Boa Vista, descendo ao longo da Rua do Cubango (atual Noronha Torreção), vinha o Rio Calimbá que, ao cruzar a rua do mesmo nome, passava a chamar-se Rio Icaraí. Esse dirigia-se a um grande lodaçal – o Campo de S. Bento – onde recebia como afluente um curso d’água ainda menor vindo dos lados de Santa Rosa, e depois alcançava a praia nas abas do Morro do Cavalão, no Canto do Rio. Posteriormente, há algumas dezenas de anos, o rio foi transformado em canal, percorrendo a Avenida Com. Ari Parreiras em toda a sua extensão: da Rua Dr. Mário Viana até a praia. Sua foz, no Canto do Rio, foi coberta por concreto armado, e, sobre este, levantada a igreja de S. Judas Tadeu.¹⁴

¹⁰ SOUZA, José Antônio Soares de. *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói*. 2ª ed. Niterói: Fundação Niteroiense de Arte, 1993.

¹¹ Ibidem, p. 61 – grifo nosso.

¹² Ibidem, p. 71.

¹³ WEHRS, Carlos. *Niterói Cidade Sorriso: história de um lugar*. Rio de Janeiro: Vida Doméstica, 1984.

¹⁴ Ibidem, p. 188.

De maneira mais recente, Antônio Soares¹⁵, em relato de memória e história dos bairros do Cubango e Viçoso Jardim, assim descreve o curso d'água:

Rio Calimbá – nasce nos charcos existentes ao longo da rua São José- via de acesso de Viçoso Jardim ao Cubango – e, com presença marcante, corta os bairros iniciais de Viçoso Jardim e Cubango para, adiante, transpor o Pé Pequeno, esgueirar-se sob o largo do Marrão, passar por Santa Rosa e, afinal, em sua torrente impetuosa, por 5,5 km de extensão, desembocar na praia de Icaraí!¹⁶.

De forma complementar, buscamos relatos de moradores da região coletados em 2004 e 2005 no âmbito da pesquisa “Niterói: Memória e identidade no bairro do Cubango”, conduzida pelo Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da UFF. Há três registros de um rio no bairro; destes, apenas um – o do próprio Antônio Soares, que fora entrevistado – comenta recordar-se do nome “Rio Calimbá”, enquanto os demais desconheciam tal nome ou qualquer outra denominação para o rio.

Veja-se que, até esta altura do trabalho, houve uma única ocorrência do termo “Cobango”, que se deu no próprio projeto de 1882; fora isso, vimos menções apenas a “Calimbá”, “Icaraí” e suas variações. Por isso, insistimos nas buscas e localizamos no Arquivo Nacional duas pranchas sem data com o título “Perfis longitudinais dos fundos dos riachos de Icaraí, Santa Rosa, Valados e Cubango”, do Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS (notações BR RJANRIO 04.0.MAP.14424 e BR RJANRIO 04.0.MAP. 13189¹⁷).

Trata-se de uma representação esquemática que, provavelmente, era acompanhada de planta de levantamento, que não encontramos no acervo. Na ausência dela, buscamos reconstituí-la cotejando as informações dos perfis longitudinais com o arquivo georreferenciado referente à hidrografia da cidade disponibilizado pelo SisGEO¹⁸. Desse processo, decorrem duas observações:

¹⁵ SOARES, Antonio Jaime. *Às margens plácidas do Rio Calimbá: crônicas dos bairros Cubango e Viçoso Jardim*. Niterói: Niterói Livros, 2004.

¹⁶ *Ibidem*, p 41.

¹⁷ Na ocasião em que consultamos presencialmente essas pranchas em 17/07/2025, notamos, apesar de terem sido arquivadas separadamente, que se tratava do mesmo conjunto de levantamentos. Essa informação foi absorvida pelo AN, que a inseriu no Sistema Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

¹⁸ A última atualização do mapa foi realizada pela Prefeitura em 01/09/2025.

- a) As pranchas do AN indicam a existência de quatro “riachos” – o Cubango, Icaraí, Santa Rosa e Valados.
- b) O mapa atual da Prefeitura faz menção a apenas dois rios – o “Cubango”, que possui esse nome até o Largo do Marrão, quando passa a se chamar “Icaraí”.

Cruzando os dados, podemos inferir, de acordo com o levantamento do DNOS, que o riacho Cubango se encontra com o riacho Valados no Largo do Marrão e, próximo ao Campo de São Bento, passa a se chamar riacho Icaraí; ele segue com esse nome até a sua foz na praia. Ao fazer curva na Avenida Ary Parreiras, absorve as águas do riacho Santa Rosa (fig. 5). Atualmente, quase a totalidade desses corpos d’água está canalizada e subterrânea.

Figura 5



Thiago Fonseca. Reconstituição dos rios da planície de Icaraí a partir do material do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, 2025. Acervo pessoal.

Para encerrar este tópico, a partir das investigações aqui efetuadas, propomos a seguinte interpretação:

1. A cartografia do século XIX identifica o Rio “Calimbá”, que em determinada altura passava a se chamar Rio Icaraí.

2. “Calimbá”, além de ser o nome de uma parte do rio, era também o nome de um caminho (depois transformado em rua) e, possivelmente, de um morro.
3. Com a virada do século XX, a nomenclatura “Calimbá” parece ter se tornado obsoleta. Atualmente, ela raramente aparece na literatura¹⁹.
4. “Cubango” figura primeiro no projeto de Limpo de Abreu; volta a aparecer no material do DNOS e, posteriormente, no mapa atual da Prefeitura. Isso parece demonstrar que a designação é relativamente recente e substituiu em grande parte “Calimbá”.
5. O projeto de enrocamento da foz do “Arroio Cobango”, da FBN, refere-se ao que atualmente conhecemos como foz do Rio Icaraí.

A falta de dados toponímicos precisos evidencia o gradual desaparecimento desse sistema de rios da paisagem e imaginário urbanos, bem como reforça a necessidade de uma compreensão histórica ampliada.

DEMANDAS DE SANEAMENTO E O PROJETO DA DIRETORIA DE OBRAS DA PROVÍNCIA

A literatura registra que Icaraí constituía, durante o século XIX, um grande areal, e que a região do Campo de São Bento era sujeita às inundações do Rio Icaraí²⁰. Desde o início da circulação do periódico *O Fluminense*, em 1878, há notícias acerca do tema: as cheias formavam pântanos na planície, e o leito do rio Icaraí com frequência assoreava²¹; na foz, as águas estagnavam em função da formação de bancos de areia, e com intervalos irregulares a Prefeitura efetuava a sua desobstrução²²; havia despejos de lixo em todo seu percurso²³. Esse cenário suscitou constantes reclamações dos moradores na imprensa.

¹⁹ Para além do material já discutido, encontramos menção pontual ao Rio “Calimbá” em Urbina *et al.* (2024), que fizeram uma reconstituição das nascentes localizadas no maciço do Morro de São Lourenço a partir de cartografia de 1833, que também utilizamos no presente trabalho.

²⁰ BACKHEUSER, Everardo. *Minha Terra e Minha Vida: Niterói há um século*. 2ª ed. revista e ampliada com notas e índice. Niterói: Niterói Livros, 1994.

²¹ *O Fluminense*, a. 4, n. 457, 17/04/1881, p. 2.

²² *O Fluminense*, a. 4, n. 463, 01/05/1881, p. 1.

²³ *O Fluminense*, a. 4, n. 495, 15/07/1881, p. 2.

As críticas da opinião pública sobre o assunto têm origem numa associação direta entre águas pantanosas e pestilências como a febre amarela. Durante o século XIX, predominava a ideia de que a corrupção do ar ocasionava miasmas, agentes químicos que traziam doenças aos humanos²⁴. Além da própria estagnação, acreditava-se que a exposição de lama e de lodo ao sol também poderia ensejar miasmas e, portanto, surtos epidêmicos²⁵.

No caso da foz do Rio Icaraí, as suas condições pareciam ser propícias às emanações miasmáticas:

Constantemente fechado, na praia de Icaraí, [o rio] tem suas águas estagnadas em estado de decomposição, e misturadas com toda a sorte de detritos, quer vegetais, quer animais. A Câmara, quando aparece alguma queixa na imprensa, manda-o abrir, produzindo com isso uma modificação do mal, porém nunca a sua extinção.

Nestes dias, ordenou um serviço prejudicial, uma verdadeira emenda pior do que o soneto: mandou roçar o mato que havia sobre ele e tirar para as margens a lama que o fazia raso em alguns lugares.

Com tal processo, conseguiu apenas uma coisa: o desenvolvimento de febres com caráter palustre.

Mais de doze pessoas têm sido acometidas pelo mal, que vai tomando verdadeiras proporções de uma epidemia.

Deveria ter feito, há muito, um sistema de escoamento que conservasse o rio sempre com águas frescas; já lhe lembramos esse alvitre mais de uma vez.²⁶

Há indícios de que as constantes críticas surtiram efeito: em 1882, noticiou-se que a municipalidade promovera aterros para melhorar as condições sanitárias da região. Contudo, a questão da foz ainda estava em aberto:

Mas ficou uma causa perene de infecção, um foco central de miasmas: o rio de Icaraí, ou Calimbá.

Este rio que vai terminar, como todos sabem, na praia de Icaraí, está quase sempre fechado na sua foz.

Esta represa das águas ocasiona a sua deterioração, mesmo porque os moradores de toda a extensão do rio, cremos que desde a sua nascente, lançam nele detritos diversos e em quantidade.

²⁴ Para panorama amplo sobre a lógica de transmissão e contágio de doenças nesse período, cf. Czeresnia, 1997.

²⁵ SIGAUD, José Francisco Xavier. *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

²⁶ *O Fluminense*, a. 5, n. 496, 17/07/1881, p. 1 - grifos nossos.

Entre a parte situada numa grande ponte e a praia, o rio toma proporções maiores, alargando-se consideravelmente.
Note-se mais que as águas aí se acham um tanto misturadas com as águas do mar, o que ocasiona naturalmente desprendimento de miasmas da pior espécie.²⁷

A matéria demandou a canalização do rio e a execução, na foz, de obra que impedisse o seu represamento. Não localizamos, nas edições seguintes à publicação, indícios de repercussão dessa ideia junto aos poderes públicos.

Entre fevereiro e março do mesmo ano, fortes chuvas atingiram a província, conforme se depreende de relatório:

As chuvas torrenciais, que nos meses de fevereiro e março do corrente ano [1882] muitos estragos e algumas mortes causaram em diferentes municípios, inundaram os bairros de Icaraí e Santa Rosa, deixando, após moroso e incompleto escoamento, vastos pântanos em terrenos particulares e logradouros públicos; pântanos, que expostos mais tarde à insolação, ocasionaram pela evolução e morte de miríades de gerações orgânicas, as febres palustres, que aí endemicamente grassaram durante algum tempo.²⁸

O nível de devastação parece ter sido expressivo, já que uma reportagem de abril, relacionada aos serviços pontuais de aterramento em Icaraí, assinalou a incipiência dos serviços executados, e sugeriu: “Não podendo a Municipalidade fazer grandes despesas, seria conveniente que o Governo Provincial tomasse a seu cargo os melhoramentos do bairro de Icaraí (...)”²⁹. Esse trecho evidencia uma consciência da natureza fragmentada e paliativa das ações do poder municipal a respeito dos problemas sanitários do bairro.

Ainda no relatório provincial, afirmou-se que, após pedido do delegado da junta de higiene, foi solicitado orçamento à Diretoria de Obras Públicas³⁰. De fato, há no APERJ um documento de 26 de abril de 1882³¹ em que o Diretor de Obras requisitou à sua equipe técnica o referido orçamento; seu objeto era o esgotamento das águas da região, fosse por vala na atual Rua Miguel de Frias, fosse pela foz.

²⁷ *O Fluminense*, a. 5, n. 581, 01/02/1882, p. 1.

²⁸ *Relatório do Presidente da Província à Assembleia Legislativa Provincial*, 08 de agosto de 1882, p. 52.

²⁹ *O Fluminense*, a. 5, n. 613, 19/04/1882, p. 2.

³⁰ O deslocamento do eixo de ação do Município para a Província, na época, também foi explicado de outra forma: o deputado provincial Paulo César - que empresta o nome atual da antiga Rua do Calimbá, onde morava - defendeu em sessão da Assembleia Legislativa de 29 de agosto de 1882 que a ação do governo provincial se dava, em grande parte, à postura diligente do presidente Gavião Peixoto, que há pouco assumira o cargo. Cf. *Anais da Assembleia Legislativa Provincial*, 1882, p. 104.

³¹ Notação BR APERJ PP.OP.0453.

O engenheiro responsável pelo caso respondeu em 25 de maio de 1882³². Propôs executar a canalização do trecho final do rio, prolongando-o praia adentro, formando uma espécie de quebra-mar³³ que evitaria o assoreamento. O memorial preocupou-se mais com o despejo de areia pelas marés do que com os sedimentos trazidos pela corrente de água doce:

A muralha que se pretende construir terá 120m de desenvolvimento a partir da Praia de Icarai em direção mais ou menos paralela à base do Morro do Cavalão até penetrar no mar 10 m da linha da baixa mar de águas vivas. Será construída com alvenaria hidráulica sobre alicerces também feitos com a mesma alvenaria.

Sendo a muralha construída obliquamente à direção do movimento das ondas, penetrando pelo mar até 10m além da linha da baixa mar das águas vivas, e, portanto, também fora da ação combinada do fluxo e refluxo das marés, formando com a base do Morro do Cavalão um canal aberto de 8 a 10m de largura, satisfará perfeitamente ao fim que se tem em vista, isto é, impedirá que as areias impelidas pelo mar continuem a obstruir a barra do Ribeiro de Icarai, que deságua naquele ponto da praia.³⁴

Essa intervenção se daria de maneira paralela à construção de duas sarjetas na atual rua Miguel de Frias, proposta que não possui memorial, mas apenas um orçamento. Deste, consta que o logradouro seria regularizado a partir do cruzamento com a Rua Marquês de Paraná e ganharia calçamento de alvenaria de pedra, bem como empedramento.

O valor da obra na foz alcançaria 31:852\$830 (trinta e um contos, oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta réis), e as sarjetas, 15:545\$763 (quinze contos, quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta e três réis). É um desafio compreender a dimensão dessa cifra em valores atuais, entretanto, para fins de balizamento, verificamos que no exercício financeiro de 1882 a Província dispunha de uma rubrica de 187:688\$399 (cento e oitenta e sete contos, seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e noventa e nove réis) para obras novas, reparos de próprios provinciais, manutenção de serviços e aumento da casa de detenção central³⁵. Logo, em tese o saneamento de Icarai representaria aproximadamente 16,97% dessa rubrica.

³² Ibidem.

³³ Na área de engenharia hidráulica, há os termos “quebra-mar”, “molhe” e “espigão”, cujas acepções não parecem ser unânimes. Neste trabalho, iremos utilizar o termo “quebra-mar” para designar a obra de canalização da embocadura da foz do rio, incluindo o enrocamento mar adentro, uma vez que esse termo apareceu em uma das reportagens selecionadas para o *corpus*.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Item 84, Art. 2º, Título II da Lei nº 2611, de 9 de janeiro de 1882 (lei orçamentária de 1882).

Em que pese a parcela ser bastante significativa, a Província não arcou sozinha com os gastos. Em relatório, Gavião Peixoto, presidente do executivo, em função do estado geral em que as chuvas de 1882 deixaram Niterói, relatou ter requisitado “do ministério do império o auxílio de 20:000\$000, que me foram concedidos por aviso de 5 de maio e recolhidos ao cofre provincial em 31 do citado mês”³⁶.

O PROJETO DE LIMPO DE ABREU (1882)

A proposta elaborada pela Diretoria das Obras Públicas não foi conduzida da maneira que a área técnica havia idealizado. Consta do mesmo relatório de Gavião Peixoto:

Oferecendo-se por ofício de 21 de junho o engenheiro Dr. Antônio Paulino Limpo de Abreu para dirigir e inspecionar, sem remuneração alguma, as obras de regularização, dessecação e arborização do Campo de S. Bento, condução das águas do pequeno rio do Cubango até o centro do mesmo campo, construção de um lago para embelezamento e irrigação, drenagem e filtro na foz daquele arroio para evitar a estagnação de suas águas, aceitei e agradei tão patriótico oferecimento, declarando-lhe que podia encetar os trabalhos, conforme a planta apresentada e pela quantia de 17:500\$000, em que foram por ele orçados.³⁷

Nessa perspectiva, o escopo da intervenção alterou-se com a inclusão da drenagem do Campo de São Bento e a regularização do leito do rio, e o valor da obra diminuiu em 37%. Além disso, uma figura particular surge: quem era ela?

Segundo Cachapuz ³⁸, Antonio Paulino Limpo de Abreu Filho (Rio de Janeiro, 1829 – Niterói, 1904), filho do Visconde de Abaeté, era formado em engenharia, e integrava o corpo do exército, do qual se desligou em meados da década de 1860. Em ministérios relacionados a obras e infraestruturas, assumiu chefia de serviços de iluminação, estradas de ferro e abastecimento

³⁶ *Relatório do Presidente da Província à Assembleia Legislativa Provincial*, 08 de agosto de 1882, p. 52.

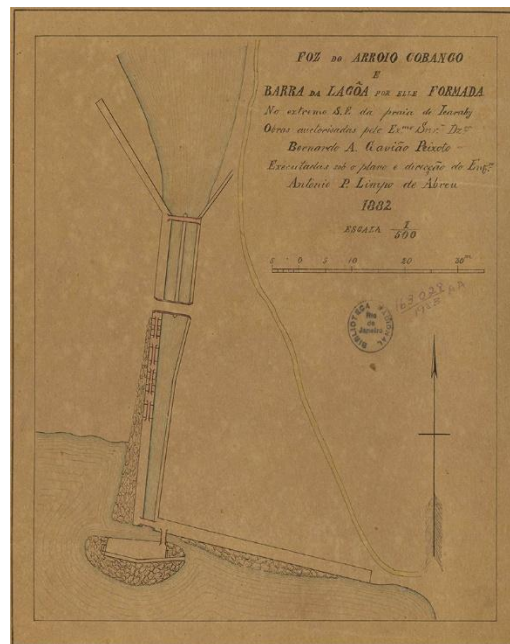
³⁷ Ibidem. Em *O Fluminense* há transcrição de correspondência em que a Presidência da Província formalizou o aceite dos termos de Limpo de Abreu (cf. a. 5, n. 645, 05/07/1882, p. 2).

³⁸ CACHAPUZ, Paulo Brandi. “Limpo de Abreu”. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930* [Em linha]. Rio de Janeiro: FGV/Editora CPDOC, 2015.

d'água, e entre 1892 e 1893, foi Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (Ibidem). No *Almanaque Laemmert*, há indicações de que residia em Niterói³⁹.

Na planta existente na FBN (fig. 6), da qual consta o nome de Limpo de Abreu, podemos notar algumas diferenças em relação à solução da Diretoria de Obras da Província. Pela escala gráfica, o canal teria cinco metros de largura no ponto de menor seção, contra os dez metros projetados pela Diretoria. Há também enrocamento para além do canal, bem como uma muralha na extremidade da estrutura, perpendicular ao fluxo de saída da água do rio.

Figura 6



Fonte: Antonio P. Limpo de Abreu [Filho]. Foz do Arroio Cobango e Barra da Lagôa por ele formada no extremo S. E. da praia de Icarahy, 1882. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, cart163028 (domínio público).

Infelizmente, não localizamos o memorial do projeto. Contudo, uma outra proposta de Limpo de Abreu pode auxiliar: no AN, há material elaborado pelo mesmo engenheiro em parceria com José Antônio Moreira Filho – 2º Barão de Ipanema – para o saneamento da Lagoa

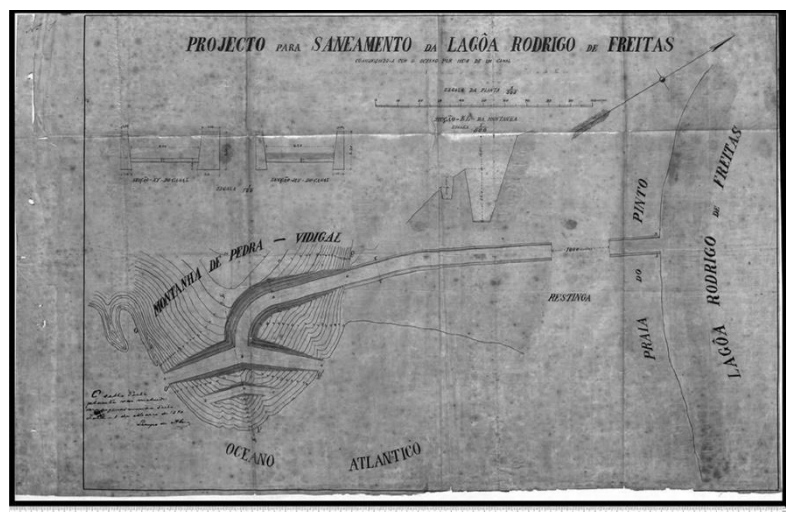
³⁹ N. 27, 1870, p. 384 (indica residência em Icaraí); n. 32, 1875, p. 603 (indica residência na Rua da Constituição, nº 24).

Rodrigo de Freitas⁴⁰. Composto por memorial e planta, trata-se de projeto apresentado originalmente em 1883 ao Império e reapresentado em 1890 ao Governo Republicano; para este artigo, interessa destacar a menção expressa a dois projetos:

Cabe aqui ponderar que o engenheiro Caland aplicou ao projeto por ele apresentado para a barra do Rio Grande do Sul o mesmo princípio e sistema do projeto pelos suplicantes proposto para a Lagoa Rodrigo de Freitas e **idêntico ao empregado na barra do Arroio e Lagoa do extremo sueste da praia de Icaraí, onde funcionou perto de sete anos**, como se verificará da confrontação do projeto de Caland com o dos suplicantes.⁴¹

A lógica da proposta para a Lagoa, que, segundo a citação, é análoga à do Rio Icaraí, consistia no estabelecimento de uma comunicação permanente com o oceano através de uma embocadura dupla (fig. 7). A intenção do sistema era evitar o acúmulo de areias vindas do mar, dispensando comportas que encareceriam a manutenção. Nesse sentido, o canal bifurcado junto ao mar permitiria que, na preamar, a água salgada entrasse, e que na baixa-mar a água do continente fluísse para o oceano.

Figura 7



⁴⁰ Notação OI GIF1 4B187, maco9-A, proc37-B, pertencente ao fundo do Ministério dos Transportes.

⁴¹ AN, notação OI GIF1 4B187, maco9-A, proc37-B, grifos meus. Apensar da indicação da cópia da planta do projeto de Niterói, ela não se encontra junto dessa notação. Acreditamos que ela fosse correspondente, em termos de conteúdo, à planta da FBN.

Antonio P. Limpo de Abreu [Filho]; Barão de Ipanema. *Projecto para Saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas comunicando-a com o oceano por meio de um canal*, 1890. Arquivo Nacional, fundo do Ministério dos Transportes, notação BR RJANRIO OI 4B187, maço 9-A, proc. 37-B (domínio público).

A comparação das plantas parece corroborar a afinidade anunciada por Limpo de Abreu entre o sistema proposto para Lagoa e para o Rio Icaraí. Se naquele haveria um canal de extremidade bifurcada, neste o obstáculo às áreas do mar é o enrocamento perpendicular na extremidade, que impediria a entrada direta da água da maré alta: o influxo se daria obliquamente, pela lateral. Uma coluna do final de 1882, abordando o saneamento de Niterói, corrobora esse raciocínio, além de confirmar que obra fora, de fato, executada:

Estudando a questão com toda a proficiência, construiu o Sr. Dr. Limpo de Abreu sobre grossas paredes de alvenaria, tendo por base verdadeiros lajedos, um canal que põe em permanente comunicação as águas do riacho com as águas do mar, de sorte a encaminhar o fluxo e refluxo deste, modificando a ação das ressacas e fazendo servir estas e o refluxo ao arrastamento das areias de envolta com as águas.

Este canal é defendido por um quebra-mar solidamente construído que amortece a influência das águas e só lateralmente deixa estas penetrarem no interior daquele (grifo nosso).⁴²

Durante a pesquisa, buscando imagens dessa obra, tivemos contato com a tela “Caminho do Caniço” do pintor Domingos García y Vasquez (1859-1912)⁴³. Silveira⁴⁴ atribui a localização dessa perspectiva ao Canto do Rio – e, portanto, na foz do Rio Icaraí: de fato, apesar de “Caniço” ser o nome do morro no lado oposto da praia, junto ao final da atual Rua Miguel de Frias, ali não há deságue de rio, elemento que aparece na pintura. Esse dado, aliado à posição da perspectiva do Maciço da Tijuca no plano de fundo, faz-nos concordar com Silveira, e entender que, possivelmente, o título “Caminho do Caniço” é um sinônimo de rua da praia⁴⁵. A imagem retratada (fig. 8) é compatível com a planta da FBN: em primeiro plano, figura um meandro do

⁴² *O Fluminense*, a. 5, n. 712, 08/12/1882, p. 3.

⁴³ Segundo Duro (2022), o pintor fazia parte do “Grupo Grimm”, composto por alunos influenciados pelo pintor alemão homônimo, e caracterizado pelas pinturas ao ar livre e ausência de modelos pré-concebidos, características que o autor, em seu texto, enxerga com ressalvas.

⁴⁴ SILVEIRA, Jorge Roberto. *Vistas e paisagens da enseada de Niterói: 1790 - 1920*. Niterói: Casa Jorge Ed, 2002.

⁴⁵ No Museu Imperial, a obra estava catalogada como uma pintura da cidade do Rio de Janeiro: tratava-se possivelmente de uma confusão com o Caminho do Caniço, que ligava Copacabana à Lagoa Rodrigo de Freitas antes da abertura do Corte do Cantagalo no século XX. Após tratativas, a Instituição incorporou a localização sugerida neste trabalho.

rio; no segundo, uma muralha com um vão no meio para a passagem d'água, que seguia canalizada até ser interceptada pelo enrocamento transversal.

Figura 8



Domingos Garcia Y Vasquez. *Caminho do Caniço*, s/d, óleo sobre tela, 37,4 x 60,4 cm. Museu Imperial/IBRAM/MinC, RG 061491 (permissão para reprodução obtida pelo autor do artigo em 22/07/2025).

A respeito dos serviços executados no Campo de São Bento, em relação aos quais não localizamos nenhum documento, trazemos a seguinte citação:

Em 1882, sob a presidência (da província) de Gavião Peixoto, a área foi aterrada e o engenheiro Antônio Paulino Limpo de Abreu chegou a projetar a urbanização do local, que, todavia, foi emperrada pela Câmara da cidade. Apenas vinte e cinco anos depois o lugar seria definitivamente urbanizado pelo já conhecido prefeito, João Pereira Ferraz.⁴⁶

Carlos Wehrs⁴⁷ faz comentário similar. Apesar de não termos identificado fontes diretas que elucidem o imbróglio junto à Câmara, a repercussão da opinião pública pode fornecer pistas: no início de 1883, foi publicada matéria que, abordando os trabalhos de melhoramentos em Icaraí, criticou a previsão, por parte de Limpo de Abreu, de um lago no Campo de São Bento. A

⁴⁶ CÔRTE, Andréa Telo da. *Campo de São Bento: Trajetórias e Memórias do Parque Prefeito Ferraz*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói / Niterói Livros, 2021, p. 43.

⁴⁷ WEHRS, Carlos. *Niterói Cidade Sorriso: história de um lugar*. Rio de Janeiro: Vida Doméstica, 1984.

preocupação principal relacionava-se à ideia de miasma e de emanções deletérias: “A estagnação das águas num solo especial e sob os raios abrasadores do nosso clima na estação do estilo é altamente prejudicial”⁴⁸. Com isso, o texto sugeriu que o Município deveria “(...) impedir a ultimação do lago, contentando-se com a regulação das águas para o mar”⁴⁹.

No final de abril de 1883, novos temporais causaram danos generalizados em Niterói. Na ocasião, parte significativa das muralhas na foz desabou, e formou-se um banco de areia que, obstruindo o deságue no mar, provocou a inundação do bairro⁵⁰. Limpo de Abreu veio a público defender-se, argumentando que, apesar das avarias no leito do canal, a foz propriamente dita continuava sem danos e servindo ao seu propósito; também alegou que não houve formação de banco de areia, “(...) pelo contrário, essas águas subindo a uma altura de mais de dois metros venceu o talude das areias da praia e arrastando-as abriu caminho para o mar”⁵¹.

Os estragos das chuvas nas obras recém-concluídas repercutiram de maneira negativa na imprensa. Um editorial d’O Fluminense assinalou a percepção de que os serviços na foz, em vez de darem vazão às águas, haviam estrangulado o leito, e que as muralhas haviam efetivamente desmoronado, representando prejuízo aos cofres públicos⁵². Posteriormente, uma série de comentários reiterou o desperdício de verbas públicas durante o ano de 1883⁵³.

Um deles chama atenção por demonstrar conflitos durante a execução dos trabalhos⁵⁴. A matéria afirmou que, com o início das obras, houve constrangimento à fiscalização das repartições técnicas de obras. A opção pelo projeto de Limpo de Abreu, inclusive, parece ter suscitado tensões internas no poder público: “As águas, com sua força majestosa, fizeram às muralhas o mesmo que a presidência [da província] havia feito às autoridades e funcionários públicos – desrespeitou-as”⁵⁵.

Passados os meses iniciais de 1883, as críticas em relação à obra na foz arrefeceram, no que diz respeito às matérias d’O Fluminense. As notícias deixaram de abordar o estuário e

⁴⁸ *O Fluminense*, a. 6, n. 732, 24/01/1883, p. 1.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ *O Fluminense*, a. 6, n. 772, 29.04.1883, pp. 1-2.

⁵¹ *Jornal do Commercio*, a. 62, n. 120, 01/05/1883, p. 1.

⁵² *O Fluminense*, a. 6, n. 773, 02/05/1883, p. 2.

⁵³ Cf. *O Fluminense*, a. 6, n. 773; 774; 776; 785; 811 e 839.

⁵⁴ *O Fluminense*, a. 6, n. 800, 06/07/1883, p. 1.

⁵⁵ *Ibidem*.

passaram a focar no assoreamento e obstrução do leito nas proximidades do Campo de São Bento⁵⁶. Em 1885, sobre os melhoramentos de Santa Rosa e Icaraí, o periódico apresentou uma mudança de discurso:

Efetivamente, este rio que tem desaguado regularmente, graças às obras hidráulicas da sua foz, **que não obstante terem provado mal no princípio, depois produziram bom resultado**, espraia-se de tempos e tempos nos terrenos por onde passa e produz todos os males, que são consequência natural deste fato (grifo nosso).⁵⁷

Essa citação complementa o memorial do projeto de Limpo de Abreu para Lagoa Rodrigo de Freitas, o qual, como vimos anteriormente, menciona que as obras na foz do Rio Icaraí funcionaram por sete anos.

À GUIA DE CONCLUSÃO: POR UM RESGATE DA HISTÓRIA DA ÁGUA

Após os intensos debates da primeira metade da década de 1880, as menções aos problemas no estuário tornaram-se escassas. Por isso, não é possível afirmar se as muralhas danificadas foram recuperadas: nossa hipótese é que, caso o reparo houvesse ocorrido, ele teria repercutido na imprensa local, o que seria evidenciado com os levantamentos da pesquisa.

O que aconteceu com o quebra-mar? Mais três (possíveis) registros foram recuperados por esta pesquisa. No primeiro deles, em álbum que compara dois momentos de Niterói⁵⁸, um enrocamento aparece na partir inferior da imagem (fig. 9). O segundo registro, complementar ao primeiro e proveniente do Álbum do estado do Rio de Janeiro⁵⁹, é uma foto do Canto do Rio em que existe o que parece ser enrocamento, bastante deteriorado (fig. 10)⁶⁰. A conformação é compatível com a planta de Limpo de Abreu, o que pode indicar que, se de fato a intervenção na

⁵⁶ *O Fluminense*, a. 6, n. 859, 878; a. 7, n. 896, 1017.

⁵⁷ *O Fluminense*, a. 8, n. 1170, 20/02/1885, p. 1.

⁵⁸ ALBUQUERQUE, Julio Pompeu de Castro (org.). *A Capital Fluminense (Album de Nictheroy)*. Niterói: [s.n.], 1925.

⁵⁹ ALBUQUERQUE, Julio Pompeu de Castro (org.). *Album do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Officinas da Renascença - E. Bevilacqua & C., 1908.

⁶⁰ Na imagem, há uma assinatura de “Brun”. Nesse período, localizamos menção a um estúdio de zincografia de “Luiz Brun” no *Alamnaque Laemmert* (1913, p. 1197). A mesma personagem foi creditada como (foto)gravador da revista *Fon-Fon* (a. 10, n. 1, 01/01/1916) e da revista *Faceira* (a. 5, n. 50, 16/12/1916). Como não há indicação de autoria, propomos que a fig. 1 seja gravada por Luiz Brun, sem que necessariamente ele tenha sido o fotógrafo.

foz funcionou efetivamente por sete anos, sua estrutura ali permaneceu mesmo após ter se tornado obsoleta.

Figura 9



Sem autoria atribuída. O Antigo e o Moderno Canto do Rio, 1904 c. Albuquerque, 1925.

Figura 10



[Luiz] Brun [gravador (?)]. Trecho do Canto do Rio, sem data. Albuquerque, 1908 (domínio público).

O terceiro registro corrobora essa hipótese. Trata-se de uma fotografia de André-Charles Armeilla intitulada “Praia do Ponto do Rio”, que acreditamos ser uma corruptela de “Canto do Rio” (fig. 11). A instituição de custódia atribui a data de 1920 ao documento, porém, pesquisa recente indica que o seu fotógrafo faleceu em 1913 (Lago, 2018). A mesma pesquisa propõe a data de 1911 (circa) à imagem, que acreditamos ser verossímil. Nela, vemos a extensão do quebra-mar a partir da Praia de Icaraí, inclusive com o enrocamento perpendicular na extremidade.

Figura 11



André-Charles Armeilla. Praia Ponto do Rio [sic], 1911 c. Fundação Casa de Rui Barbosa, Acervo Museu da Literatura Brasileira, Álbum C. Armeilla (domínio público).

Ao longo do século XX, os corpos d’água que correm na planície de Icaraí sofreram outras intervenções, ainda a serem pesquisadas. Hoje majoritariamente subterrâneos, em algumas seções eles vêm à tona – no Campo de São Bento; nos canais da Avenida Ary Parreiras; até mergulharem no subterrâneo na Praça Dom Navarro, e se encontrarem com o mar.

Os riachos Cubango, Icaraí, Santa Rosa e Valados, assim como a intervenção de Limpo de Abreu, paulatinamente desapareceram da paisagem e do imaginário do bairro. Uma imagem posterior, sem data, demonstra que uma outra obra, constituída por um canal de concreto, de maior largura, substituiu o quebra-mar do século XIX (fig. 12).

Figura 12



Sem título [Canto do Rio], sem data. Coleção particular da Família Levy Menezes – foto registrada por Gustavo Leal (permissão para reprodução obtida pelo autor do artigo em 11/11/2025).

Tendo como ponto de partida uma única planta, este artigo buscou demonstrar o contexto da sua produção, e interpretou as circunstâncias do que entendemos ser a primeira intervenção antrópica de maior magnitude nesses rios. Essa obra, contudo, não é uma ocorrência isolada no passado; antes, faz parte de um processo de controle dos rios, que é confirmado até hoje na medida em que eles são mantidos confinados em canais, subterrâneos ou não, correndo pelos fundos de lotes, descontextualizados da sua condição natural de corpo hídrico integrado ao ambiente. Nessa perspectiva, historiografá-los é abrir o caminho para percebê-los de maneiras que evidenciem as alterações que eles sofreram.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Julio Pompeu de Castro (org.). *Album do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas da Renascença - E. Bevilacqua & C., 1908.

ALBUQUERQUE, Julio Pompeu de Castro (org.). *A Capital Fluminense (Album de Nictheroy)*. Niterói: [s.n.], 1925.

ALMEIDA, Antonio Figueira de. *Historia de Niteroy*. Niterói: Oficinas Graphics do “Diario Official”, 1935.

BACKHEUSER, Everardo. *Minha Terra e Minha Vida: Niterói há um século*. 2ª ed. revista e ampliada com notas e índice. Niterói: Niterói Livros, 1994.

CACHAPUZ, Paulo Brandi. “Limpo de Abreu”. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930* [Em linha]. Rio de Janeiro: FGV/Editora CPDOC, 2015 [Consultado a 20 Outubro 2025]. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ABREU,%20Limpo%20de.pdf>

CAMPOS, Maristela Chicaro de. *O Governo da Cidade: elites locais e urbanização em Niterói, 1835-1890* [Em linha]. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004 [Consultado a 6 Setembro 2025]. Tese de Doutorado. Disponível em <https://app.uff.br/riuff/handle/1/25053>

CÔRTE, Andréa Telo da. *Campo de São Bento: Trajetórias e Memórias do Parque Prefeito Ferraz*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói / Niterói Livros, 2021.

CZERESNIA, Dina. “Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia”. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* [Em linha]. Vol. 4, n. 1 (1997), pp. 75-94 [Consultado a 3 Agosto 2025]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-59701997000100005>

DURO, Fabriccio Miguel Novelli. “Emil Bauch, Ferdinand Keller, Friedrich Steckel, Georg Grimm: quatro artistas alemães, quatro papéis artísticos à mostra nas exposições gerais da Academia Imperial de Belas Artes”. In: *O olhar germânico na gênese do Brasil: coleção Geyer – Museu Imperial*. Petrópolis: Museu Imperial, 2022, pp. 77-95.

FORTE, José Mattoso Maia. *Notas para a Historia de Niteroy* [Em linha]. Niterói: Oficinas Graphics do “Diario Official”, 1935 [Consultado a 11 Outubro 2025]. Disponível em https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/bndigital1703/bndigital1703.pdf

LAGO, Pedro Corrêa do. *Armeilla: um mestre esquecido da paisagem carioca*. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2018.

OJEDA, Valéria Martinho. *Um passeio público para a Vila Real da Praia Grande: 1820-1913* [Em linha]. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008 [Consultado a 11 Outubro 2025]. Dissertação de Mestrado. Disponível em <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23641>

SIGAUD, José Francisco Xavier. *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

SILVEIRA, Jorge Roberto. *Vistas e paisagens da enseada de Niterói: 1790 - 1920*. Niterói: Casa Jorge Ed, 2002.

SOARES, Antonio Jaime. *Às margens plácidas do Rio Calimbá: crônicas dos bairros Cubango e Viçoso Jardim*. Niterói: Niterói Livros, 2004.

SOUZA, José Antônio Soares de. *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói*. 2ª ed. Niterói: Fundação Niteroiense de Arte, 1993.

URBINA, Carla, et al. “Arqueologia da paisagem no Morro São Lourenço: proposta de critérios de ação de preservação e revalorização da paisagem no Parque Natural Municipal da Água Escondida, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil”. *Revista Arqueologia Pública* [Em linha]. Vol. 19 (2024), p. e024007 [Consultado a 6 Outubro 2025]. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8674988>

WEHRS, Carlos. *Niterói Cidade Sorriso: história de um lugar*. Rio de Janeiro: Vida Doméstica, 1984.

Submetido em: 18/11/2025